

Aplicações da antropologia vistas por Evans-Pritchard

CARMEN AÑON BRASOLIN 

Universidade de São Paulo | São Paulo, SP, Brasil

carmembrasolin@gmail.com

DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v31i1pe202022>

O que pode a antropologia além de expandir conhecimento no âmbito acadêmico? E. E. Evans-Pritchard comenta essa e outras questões na conferência “Applied Anthropology”, proferida em 1945, agora traduzida para o português.¹ À época de sua comunicação, a discussão sobre como aplicar a antropologia fora do conhecimento acadêmico era central, pois combinava ao menos duas atividades às quais se dedicavam os antropólogos, particularmente no caso dos britânicos: atender às demandas dos governos coloniais e construir um campo de conhecimento científico independente. Ambas são colocadas como desafios, que ora se obstam mutuamente, ora se complementam. A conferência desenvolve esses temas, alertando para os riscos de a pesquisa acadêmica ser prejudicada por necessidades alheias a ela, oriundas precisamente dos problemas que turbavam os administradores das então colônias do Império Britânico.

É conhecida a longa experiência de Evans-Pritchard a serviço do governo britânico – Etiópia, Líbia, Sudão e Síria – e é a partir dela que ele assume uma postura crítica em relação aos administradores coloniais: são homens de negócio e não podem ditar os rumos de uma pesquisa científica; pior, em muitos casos eles sequer requisitam a opinião dos antropólogos, de que poderiam beneficiar-se. Neste jogo de interesses, outros campos de pesquisa de maior relevância para a antropologia, e dos quais ela depende como ciência para se estabelecer e avançar, seriam deixados de lado: religião, parentesco, magia e mitologia. Enfim, temas que não interessam a administradores, por serem menos ou nada lucrativos, não recebem a

¹ Esta introdução, assim como a tradução e o comentário que a segue, dão continuidade, de certa maneira, às traduções de Beatriz Perrone-Moisés, docente do Departamento de Antropologia e pesquisadora do Centro de Estudos Ameríndios da USP. O conjunto delas foi publicado nesta mesma revista, em sua penúltima edição. Trouxemos a este breve texto apenas algumas considerações sobre o pensamento de Evans-Pritchard, como mote e provocação para o diálogo, nossa principal intenção. Aos leitores que desejam se aprofundar no pensamento de Evans-Pritchard, um autor clássico e “mal-conhecido”, segundo Perrone-Moisés, recomendamos a leitura das traduções e do artigo da mesma autora “Antropologia social na versão de Evans-Pritchard – notas em torno dos textos aqui traduzidos”, que funciona como bússola para conhecê-lo para além de suas célebres etnografias.



e202022

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v31i1pe202022>

atenção merecida. O rigor científico – qualidade tão almejada por uma disciplina recém-nascida nas Universidades – está em cheque quando os pesquisadores se dobram constantemente às exigências da pesquisa aplicada, alerta Evans-Pritchard.

Em poucas palavras, para o nosso autor, *como* aplicar antropologia envolve uma distinção entre o trabalho que o antropólogo faz como cientista social num centro de pesquisa e sua atuação profissional fora deste contexto. No primeiro cenário, o antropólogo idealmente se dedica a um tema de pesquisa pura e assim a denomina para diferenciá-la da pesquisa aplicada, fruto do segundo cenário. Ainda que ambas conversem entre si, distingui-las torna-se fundamental. Esta distinção o leva a recomendar aos estudantes de antropologia a dedicação, desde o início, a temas de pesquisa de interesse puramente científico, isto é, cujo propósito é expandir o conhecimento, sem qualquer proposta de “utilização” prática. Esse tipo de pesquisa, propriamente acadêmica, defende ele, é a única capaz de proporcionar ao antropólogo a formação teórica e o treinamento extenso em trabalho de campo adequados. Tendo isso em mente, comenta os desafios profissionais de sua época, desafios que permanecem os mesmos, aliás, até hoje: por que formar antropólogos se não há postos de trabalho para ocuparem, nas Universidades ou fora delas? Como levar adiante a pesquisa e o trabalho de campo sem o financiamento adequado? Pode o conhecimento antropológico contribuir com políticas públicas sem trair as convicções do antropólogo ou os próprios fundamentos da disciplina?

Evans-Pritchard abre a conferência indagando, antes de mais nada, *se* a antropologia pode ser aplicada, e toca em dilemas que futuramente seriam desenvolvidos pelo debate sobre ética em pesquisa na antropologia. É necessário entender o que, afinal, é (ou pode ser) a aplicação do conhecimento antropológico. Nosso autor então faz notar que a antropologia não é uma ciência como outras, pois “não pode ser aplicada no mesmo sentido que, por exemplo, medicina ou engenharia são ditas ciências aplicadas, uma vez que a antropologia não pode declarar suas descobertas como leis, a partir das quais poderia prever eventos”. O treinamento antropológico, por outro lado, garante um conhecimento de tipo especial quando um antropólogo ou uma antropóloga trabalha para alguma administração colonial. Suas opiniões na condição de administrador deveriam assim ser encaradas, como um administrador de conhecimento especial. Baseado em sua própria experiência, Evans-Pritchard afirma não haver contradição em opinar ora como antropólogo, ora como administrador; além disso, a contribuição pode ser ainda melhor para o desenvolvimento das intervenções e políticas coloniais se ao antropólogo couber opinar sobre questões envolvendo os povos que pesquisou. Segundo ele, aplicar o corpo de conhecimento científico antropológico era possível, necessário e mais bem desempenhado por antropólogos formados dentro dos quadros universitários.

Antropólogas e antropólogos têm sido chamados por seus governos a contribuir com sua *expertise* em vários tempos e contextos. Basta lembrar o clássico *O Crisântemo e a Espada*, pesquisa encomendada pelo governo estadunidense a Ruth Benedict em 1944, para estudar seu então inimigo na guerra, o Japão. Como a atuação de Evans-Pritchard e outros tantos

antropólogos britânicos que trabalharam para a administração colonial de seu país, a de Benedict, como assessora de governo, tem sido criticada e questionada em relação aos limites éticos de um pesquisador, antropólogo ou não, cooperar com poderes estatais. Na esteira dessa crítica, antropólogos e antropólogas que prestaram algum serviço a governos de países colonialistas e imperialistas ainda carregam o pesado fardo de serem imediatamente associados às práticas de imposição violenta dos colonialismos, e com elas condenados.

As críticas não levaram, contudo, à recusa total a qualquer aplicação de conhecimento antropológico. Na realidade, o debate sobre a intervenção e o envolvimento de antropólogos em questões ligadas às relações entre populações nativas e administrações estatais cresceu, levando ao desenvolvimento de códigos de ética em pesquisa nas ciências sociais como um todo, como observa John W. Bennet, no contexto de um debate sobre “antropologia aplicada” e “antropologia atuante”, (Bennet, 1992). John Van Willigen, neste mesmo debate, lembra que a primeira publicação utilizando a expressão “antropologia aplicada” data de 1906, intitulado um programa de treinamento no Departamento de Antropologia da Universidade de Cambridge (Bennet, 1992: 44). Apenas em 1921 Alfred C. Haddon publicou *O valor prático da antropologia*, iniciando um debate teórico que guia as décadas subsequentes, quando muitos antropólogos e antropólogas proeminentes publicaram sobre o tema: Malinowski em 1929; Radcliffe-Brown em 1931; Sol Tax em 1952; Laura Thompson em 1965; Roger Bastide em 1971 e Margaret Mead em 1975. A conferência de Evans-Pritchard de que falamos aqui, feita em 1945, insere-se, assim, num campo de reflexão e debate bastante aquecido.

Apesar da vasta quantidade de publicações sob este mesmo título, Bennet deflagra a dificuldade de definir antropologia aplicada, uma vez que a expressão é utilizada em atuações bastante diversas em termos de inserção e de propósito, envolvendo pesquisadores de disciplinas como a economia, a sociologia, o direito e até mesmo as ciências da saúde. A multidisciplinaridade é precisamente uma característica histórica da Sociedade de Antropologia Aplicada, que reúne pesquisadores de diferentes áreas desde sua fundação em 1941 nos Estados Unidos. Mesmo assim, Bennet arrisca a seguinte definição: “O termo antropologia aplicada é usado tanto na Grã-Bretanha como nos Estados Unidos para referir-se principalmente ao emprego de antropólogos por organizações envolvidas na indução de mudanças ou melhoria do bem estar humano” (Bennet, 1992: 25).² Provisória e nada unânime, a definição serve de ponto de partida para investigar denominações posteriores, que surgem para diferenciar modos de fazer antropologia: antropologia de ação (“action anthropology”), de Sol Tax, defendendo a pesquisa antropológica feita com os pesquisados e a partir de problemas que eles mesmos apontam; a antropologia engajada, de Stuart Kirsch, que se compromete a mobilizar intervenções construtivas na política; e a antropologia como crítica cultural, tributária do livro homônimo de George Marcus e Michael Fischer

² Tradução livre do original: “The term ‘applied anthropology’ is used in both Britain and the United States to refer mainly to the employment of anthropologists by organizations involved in inducing change or enhancing human welfare.” (Bennet, 1992: 25).

(BENNET, 1992: 42). No decorrer dos debates, as posições ganharam e perderam adeptos, conforme tomaram novos nomes, contornos, países e continentes. Com estes novos movimentos, o debate se deslocou até chegar ao que Bruce Albert chama de antropologia implicada, pensada desde a etnologia das terras baixas da América do Sul.

Voltamos, assim, à pergunta inicial: como aplicar conhecimento antropológico além do âmbito acadêmico? A questão permanece central para as muitas e muitos antropólogos que utilizam seus conhecimentos acadêmicos em prol do desenvolvimento de políticas públicas e que atuam em ONGs, instituições e movimentos da sociedade civil. Aliando pesquisa acadêmica e atuação, como fez Evans-Pritchard, muito podem contribuir para o amadurecimento da reflexão sobre um ponto tão importante quanto espinhoso. Para estabelecer um diálogo entre esta introdução e a tradução publicada, convidamos Dominique Tilkin Gallois e Leonardo Viana Braga para comentar a partir de suas experiências estas e outras ideias envolvendo o uso do conhecimento antropológico.

Referências Bibliográficas

- BASTIDE, Roger. 1971. *Anthropologie appliquée*. Paris: Payot.
- BENEDICT, Ruth. 2014. *O crisântemo e a espada: padrões da cultura japonesa*. São Paulo: Perspectiva.
- BENNET, John W. 1996. Applied and Action Anthropology: Ideological and Conceptual Aspects. *Current Anthropology*, vol. 36, n 1: 23-53. DOI: 10.1086/204461.
- EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. 1946. "Applied Anthropology". *Africa: Journal of the International African Institute*, vol.16, n.2: 92-98. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/1157018>. Acesso em 29 ago 2022
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. 2021. Antropologia social na versão de Evans-Pritchard: notas em torno dos textos aqui traduzidos. *Cadernos De Campo*, vol. 30, n. 2. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v30i2pe191850.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. 2021. Antropologia social: passado e presente. *Cadernos De Campo*, São Paulo, vol.30, n.2. DOI: /10.11606/issn.2316-9133.v30i2pe191852.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. 2021. O método comparativo em Antropologia Social. *Cadernos De Campo*, vol.30, n.2. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v30i2pe191855.
- MARCUS, George; FISCHER, Michael. 1986. *Anthropology as Cultural Critique: an experimental moment in the human sciences*. Chicago, London: The University of Chicago Press.
- MALINOWSKI, Bronislaw. 1929. Practical anthropology. *Africa*, vol. 2: 22-38.
- MAZZARIELLO, Carolina Cordeiro; FERREIRA, Lucas Bulgarelli; STUMPF, Lúcia Klück. 2015. Edward Evan Evans-Pritchard. In: *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <http://ea.fffch.usp.br/autor/edward-evan-evans-pritchard>.

- MEAD, Margaret. 1975. "Discussion". In: MADAY, Bela C. (Org.). *Anthropology and society*. Washington, DC: Anthropological Society of Washington, pp.13-18.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. 1931. Applied anthropology. Brisbane: *Proceedings of the Australian and New Zealand Society for the Advancement of Science*, 20th meeting, pp.267-80.
- TAX, Sol. 1865. Action Anthropology. Mexico: *America Indigena*, vol. 12:103-9.
- THOMPSON, Laura. Is applied anthropology helping to develop a science of man? *Human Organization*, vol. 24: 277-87

sobre a autora

Carmen Añon Brasolin

Mestranda em antropologia na Universidade de São Paulo e bolsista CAPES com pesquisa na área de etnologia indígena.

Autoria: A autora é responsável pela coleta de dados, sistematização e síntese dos argumentos apresentados ao longo do texto, bem como por sua escrita.

Financiamento: CAPES.

Recebido em 31/08/2022.

Aprovado para publicação em 09/09/2022.